



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2014
<b>Local</b>	Porto Alegre
<b>Título</b>	O Escudo Antimíssil na Europa e a Crise na Ucrânia
<b>Autor</b>	VALESKA FERRAZZA MONTEIRO
<b>Orientador</b>	JOSE MIGUEL QUEDI MARTINS

Este trabalho se propõe a tratar do Escudo Antimíssil na Europa e de sua relação com a crise na Ucrânia. Tal dispositivo conjuga mísseis antiaéreos (SAMs), radares, computadores e estações de comando e controle, com o propósito de abater Mísseis Balísticos Intercontinentais (ICBMs). O Escudo Antimíssil tem sua mais recente origem na *National Missil Defense* (NMD) dos Estados Unidos, lançada na *Public Law 106-38*, de 1999, que prevê a instalação de um dispositivo de defesa antimísseis capaz de defender o território americano. Em 2001, no governo Bush, sua instalação foi iniciada, com o objetivo, declarado, de proteger a Europa de mísseis iranianos. Contudo, dadas as suas potencialidades e alcance, ele também afeta a capacidade da Rússia em responder a um ataque nuclear com outro, já que seus mísseis poderiam ser abatidos pelos SAMs do Escudo. Assim, mesmo em caráter preliminar, fica demonstrada a conexão entre o escudo antimíssil e a anulação da retaliação nuclear. Waltz tem razão ao rejeitar que se relacione a posse de armas nucleares à condição de polo do sistema internacional (SI) – a bomba atômica não transforma um país em grande potência. Contudo, a prerrogativa de responder a um ataque nuclear com outro – capacidade de segundo ataque – é exclusiva de umas poucas grandes potências. Diferentemente da mera posse do artefato, este nível de expertise supõe uma outra gama de capacidades. Elas incluem a ciência pura, pesquisa e desenvolvimento (P&D), tecnologias produtivas e industriais, domínio do espaço sideral e virtual, além de disponibilidade orçamentária. Em suma, características que Waltz reconhece como os atributos de uma grande potência. Por este percurso – capacidade de segundo ataque – é possível estabelecer umnexo válido entre o escudo antimíssil e o equilíbrio internacional (polaridade). A hipótese principal é a de que o escudo antimíssil atualizou a necessidade de áreas de influência como atributo da multipolaridade atual. Na época da Guerra Fria, a coexistência pacífica na bipolaridade foi sacramentada pela destruição mútua assegurada (MAD) e pelo reconhecimento da necessidade em se manter vulnerabilidades recíprocas – isto é, os dois polos têm capacidade de segundo ataque. De modo anti-intuitivo, a manutenção de vulnerabilidades recíprocas constitui-se em atributo da estabilidade. Acredita-se que esta mesma condição tenha que ser cumprida, hoje, para que a multipolaridade seja estável. Em suma, o que agenda áreas de influência para a multipolaridade no século XXI são os escudos antimísseis. Para demonstrar-se esta hipótese o trabalho percorre cinco passos analíticos consecutivos e complementares. O primeiro deles é reconhecer a Conferência de Yalta, de 1945, e a sua excepcionalidade à luz dos valores dominantes no sistema internacional após a Conferência de Versalhes, de 1919. Os valores definidos após Versalhes estavam relacionados com a autodeterminação dos povos e com a ideia de “nação” como critério da soberania estatal. Esses valores estavam presentes tanto nos discursos de Lênin como nos de Wilson (FISCHER, 1967, p. 235-252). A Conferência de Yalta, entretanto, definiu o sistema internacional em termos de áreas de influência, uma noção que vai de encontro às ideias expressadas por Wilson e Lênin em Versalhes. Com a definição de Yalta, a Guerra Fria surgirá como um esforço por parte dos EUA no sentido de não aceitar o retorno às esferas de influência e, por isso, negar à Rússia uma esfera própria. O segundo passo do trabalho trata do período final da Guerra Fria e da “Doutrina Sinatra”. Esta Doutrina, do governo do Presidente Gorbachev, significou um retorno aos ideais de Wilson e Lênin da autodeterminação dos povos. Se imaginava que, dessa forma, os EUA deixariam de empreender o esforço de negar uma área de influência à Rússia. O passo seguinte, portanto, aborda a não realização dessa Doutrina através da expansão da OTAN para o Leste (em março de 1999 formalizou-se a adesão à OTAN da Hungria, Polônia e República Tcheca, três países do antigo Pacto de Varsóvia). No quarto e quinto passos da pesquisa explica-se a implantação do escudo antimíssil propriamente dito e, por fim, se discute a questão da Ucrânia na OTAN à luz da possível expansão do escudo antimíssil para o país. O dispositivo, descrito acima, atualmente, está instalado na Polônia e na República Tcheca. Com a crise na Ucrânia e a possibilidade do país ingressar na União Europeia (UE) e na OTAN, há a perspectiva de mudança na área de abrangência do Escudo, o qual se expandiria ainda mais ao leste. O Escudo Antimíssil é um importante determinante da política externa e de segurança (PES) da Rússia (PICOLLI, 2012, p. 25-34), por afetar diretamente suas capacidades estratégicas. Assim, existe, atualmente, um forte constrangimento à Rússia no sentido de orientar sua PES para impedir tais resultados.